



Recebido em: 21 de nov. 2024 | Aprovado em: 18 dez. 2024  
| Publicado em: 20 dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36P111

# Comunicação e participação popular na implementação do Trabalho Social em esgotamento na cidade de Maria Helena-PR

## *Communication and popular participation in the implementation of Social Work in the city of Maria Helena-PR*

Andrea Cristina Fontes Silva<sup>1</sup>

José Paulo P Pinese<sup>2</sup>

### RESUMO

No campo do saneamento básico, as empresas responsáveis além de realizarem as obras devem executar projetos de trabalho social junto a população na área de saneamento, visando contribuir para a sustentabilidade da área de intervenção e do empreendimento com ações socioambientais que promovam a gestão participativa, controle social e o desenvolvimento socioterritorial. Assim, esse estudo, realizados a partir de levantamento secundários e observação participativa, tem por objetivo refletir sobre a importância da comunicação junto aos sujeitos sociais da cidade de Maria Helena no decorrer do desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social no contexto da implantação do sistema de esgotamento sanitário em 2021. A participação das famílias residentes na área de instalação da rede de esgotamento foi efetivada com o uso de diferentes estratégias que facilitaram a comunicação e mobilização dos moradores de Maria Helena, cidade no Noroeste do Paraná.

**Palavra-chave:** Saneamento; Mobilização Social; Participação Popular; Educação Ambiental.

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

<sup>2</sup> Doutor em Geociências (Geoquímica e Geotectônica) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

## ABSTRACT

In the field of basic sanitation, the companies responsible for the project, in addition to carrying out the works, must carry out social work projects with the population in the sanitation area, aiming to contribute to the sustainability of the intervention area and the enterprise with socio-environmental actions that promote participatory management, social control and socio-territorial development. Thus, this study, carried out based on secondary surveys and participatory observation, aims to reflect on the importance of communication with the social subjects of the city of Maria Helena during the development of the Social Work Project in the context of the implementation of the sewage system in 2021. The participation of families living in the area where the sewage network was installed was carried out using different strategies that facilitated communication and mobilization of the residents of Maria Helena, a city in the northwest of Paraná.

**Keywords:** Sanitation. Social Mobilization; Popular Participation; Environmental Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Os Projetos de Trabalho Social (PTS) são compulsórios em obras financiadas com recursos públicos, tais projetos devem ser elaborados pelas Companhias de Saneamento, de acordo com normativas da Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades e devem necessariamente contemplar os quatro eixos de atuação: Mobilização, organização e fortalecimento social; Acompanhamento e gestão social da intervenção; Educação ambiental e patrimonial; Desenvolvimento socioeconômico (Brasil, 2018.).

No estado do Paraná, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) criada em 1963 e com sede localizada em Curitiba/PR, é a empresa responsável por serviços de saneamento básico em 344 municípios paranaenses e 01 de Santa Catarina. Trata-se de uma companhia de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná.

Dentre as ações da SANEPAR, chama-se a atenção para aquelas relacionadas a educação ambiental que fazem parte dos projetos de trabalho social desenvolvidos

pela empresa nas áreas com implantação de serviços de esgotamento. Na elaboração dos projetos para o processo de intervenção socioambiental, devem ser previstas atividades que busquem, além da perenização do investimento público, a sustentabilidade e o controle social nos empreendimentos. As ações planejadas devem assegurar acesso aos serviços públicos de qualidade, gestão dos serviços de saneamento, respeito à diversidade e as características locais de cada grupo beneficiado, promovendo desenvolvimento e avaliando os impactos dos programas implementados em cada empreendimento de saneamento.

Para definição e sucesso da metodologia de trabalho proposta pelo projeto, o mesmo deve considerar a gestão do saneamento por bacias hidrográficas; a ação integrada com a comunidade e com as instituições presentes no território de intervenção; a responsabilidade compartilhada legitimando a participação comunitária; o controle social com foco na universalização do saneamento ambiental, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade beneficiada.

A comunicação entre os sujeitos envolvidos é fundamental para a mobilização da comunidade e assim atingir um grau satisfatório de participação popular no decorrer do desenvolvimento do projeto social de esgotamento.

Isso porque a comunicação quando realizada de forma horizontal tem o potencial de mobilizar e envolver as pessoas em prol de um objetivo comum, levando a participação popular. Para Bordenave (1985, p. 74), sem a participação não ocorre a comunicação, isso porque a [...] participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando”.

Assim, com foco principal nas ações de mobilização comunitária, objetiva-se com esse estudo, refletir sobre a importância da comunicação junto aos sujeitos sociais da cidade de Maria Helena no decorrer do desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social no contexto da implantação do sistema de esgotamento sanitário em

2021.

## 2. METODOLOGIA

Esse estudo pode ser caracterizado como um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa, com observação participante, tendo em vista que a autora é técnica da SANEPAR e integrou a equipe de trabalho do projeto social.

Tendo por base Minayo (2001), entende-se que a pesquisa qualitativa tem o olhar direcionado para um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Já a pesquisa descritiva busca oferecer uma representação detalhada e precisa de um determinado objeto de estudo, seja ele uma população, um evento ou um processo, delineando suas propriedades e particularidades, com o intuito de o compreender (Gil, ano).

Como procedimentos de pesquisa foram realizados levantamentos junto a fontes secundárias (produção científica e documentos) bem como foram coletadas informações e feitas observações pela autora no decorrer do desenvolvimento do projeto social em Maria Helena.

## 3. AS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM MARIA HELENA

O município de Maria Helena está localizado na porção noroeste do Paraná, na Região Metropolitana de Umuarama, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 23°35'30" SUL e Longitude: 53°12' W – GR. Fica a 592,79 km de distância da capital, com uma altitude de 630m acima do nível do mar.

A população estimada segundo dados do IBGE (2021) é de 5.593 habitantes, aproximadamente 62% dessas residem na área urbana, ou seja, cerca de 3467,66 pessoas residem na pequena cidade de Maria Helena. A densidade demográfica é de

11,7 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Com relação à hidrografia do município, está inserido na Bacia do Baixo Ivaí.

Com relação à água e esgoto do saneamento, a população urbana é atendida em 100% com a rede de água e com a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário. E com a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), travessias e implantação das 853 ligações prediais, buscou-se atingir o percentual de coleta e tratamento de esgoto de 42%, em sua primeira etapa. (Silva; Gervasoni; Brandani, 2021).

É importante destacar que, o recorte espacial do Trabalho Social desenvolvido em Maria Helena não englobou toda a área urbana, mas sim a porção na qual residem 853 famílias que receberam essas obras de esgotamento da Sanepar (figura 1), atingindo, direta ou indiretamente, aproximadamente 2473 habitantes.

Em se tratando da mobilização da comunidade do recorte espacial em Maria Helena no projeto social, em um primeiro momento os técnicos da SANEPAR entraram em contato com a associação de moradores com projeção sobre o grupo que representa e liderança informais, a exemplo de professores e líderes religiosos.

Os espaços e equipamentos detectados foram contatados pelos técnicos do projeto social para estabelecimento de parcerias com o corpo técnico dessas instituições (públicas e privadas) que estão inseridas na área de intervenção, fomentando o surgimento ou fortalecimento de lideranças da comunidade efetivando o controle social no empreendimento.

Na etapa seguinte, os serviços socioambientais foram definidos de acordo com as características da área de intervenção e da população beneficiária, respeitando-se aspectos sociais, econômicos e culturais da região com base nas premissas/diretrizes do trabalho socioambiental, e previstos para execução de acordo com o cronograma de obras, buscando otimizar os resultados.

O desenvolvimento do trabalho socioambiental foi dividido em quatro eixos de atuação. Primeiramente, o eixo ‘Mobilização, Organização e Fortalecimento Social’

possui dez indicadores base; o segundo ‘Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção’ oito; o terceiro ‘Educação ambiental e patrimonial’ quatro indicadores; e o último eixo ‘Desenvolvimento socioeconômico’ é composto por outros quatro.

**Figura 1 – Em destaque o recorte espacial de obras do esgotamento junto a 853 imóveis**

## ÁREA DE INTERVENÇÃO EM MARIA HELENA



Fonte: Silva; Gervasoni; Brandani, 2021.

Em se tratando do eixo de ‘Mobilização, Organização e Fortalecimento Social’, foco desse estudo, conforme tabela 1 pode se verificar os indicadores estabelecidos para atingir a mobilização e o fortalecimento social.

Com o objetivo de promover a educação ambiental e a adesão da comunidade ao projeto, houve uma campanha de sensibilização com abordagem domiciliar. Esse tipo de ação permitiu um diálogo direto com as famílias, possibilitando a disseminação de informações sobre saneamento básico e os benefícios do empreendimento. A adesão da comunidade, com 852 dos 853 domicílios visitados, evidencia a eficácia da estratégia adotada.

**Tabela 1- Indicadores para Mobilização e Fortalecimento Social.**

	<b>Indicador</b>	<b>Composição</b>	<b>Meta</b>
<b>Eixo 1 Mobilização, organização e fortalecimento social</b>	Nº de instituições mobilizadas no Trabalho Social	Total de instituições com registro em atas	70% das intituicões (saúde, educação/cultura, assistência, organização sociedade civil) relacionadas no PTS
	Grupo gestor com plano de ação estabelecido	Planos de ação por grupo gestor formalizado	100% previsto no PTS
	Nº de inserções sobre a intervenção em mídias locais/regionais	Total de registros evidenciados	50% das ações previstas no PTS
	Nº de abordagens domiciliares de Pesquisa Socioambiental Diagnóstica	Total PSD	100% previsto no PTS
	Nº de abordagens domiciliares de Sensibilização	Total SA	100% previsto no PTS
	<b>Indicador</b>	<b>Composição</b>	<b>Meta</b>
<b>Eixo 1 Mobilização, organização e fortalecimento social</b>	Nº de Reuniões Comunitárias realizadas	Total RC	100% previsto no PTS
	Nº de participantes em Reuniões Comunitárias	Total registrado em listas de presença	30% da população beneficiária
	Nº de capacitações realizadas	Total capacitações	100% previsto no PTS
	Índice de satisfação com as capacitações	Média das avaliações em todas as capacitações	70% bom/ótimo no total de avaliações realizadas
	Nº de participantes nas capacitações	Total registrado em listas de presença	75% do estimado nas capacitações previstas no PTS
	Carga horária de capacitação ofertada	Total ofertado em todas as capacitações	100% previsto no PTS

**Fonte:** Silva; Gervasoni; Brandani, 2022.

Outra atividade desenvolvida foi a Abordagem Domiciliar com Disponibilização de Comunicado e de Orientação Técnica ao Cliente, com processo

de comunicação bidirecional com a comunidade, realizando visitas domiciliares para informar sobre a correta interligação à rede coletora de esgoto e distribuir materiais informativos sobre o empreendimento. Essa ação visou garantir que os moradores estivessem cientes dos impactos do projeto e possam participar ativamente das discussões sobre o tema.

Houve também, abordagem domiciliar para pesquisas socioambientais avaliativas, aplicada em 10 % das famílias que receberam rede coletora de esgoto. A Pesquisa Socioambiental avaliativa buscou avaliar o nível de satisfação da comunidade e a adesão da população ao serviço implantado. Essa pesquisa considera o nível de satisfação dos moradores, percepção das famílias sobre as mudanças socioambientais ocorridas, sugestões e reclamações. Também foram realizadas Reuniões Comunitárias, conforme discutido no próximo subtópico.

#### **4. AS REUNIÕES COMUNITÁRIAS E A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO**

Pensar em como envolver a população tem sido uma questão seja no planejamento seja na gestão realizada por órgão públicos municipais/estaduais e por empresas públicas. A participação é o caminho para atingir tanto o planejamento como a gestão democrática conforme previsto na constituição federal de 1988.

Participar é um processo, no qual as pessoas mesmo que movidas por motivos individuais, passam a frequentar as reuniões coletivas organizadas para debate determinado problemática, podendo assim avançar saindo do campo privado e atingindo o olhar coletivo. A esse respeito Avritzer e Navarro (2003), destacam que nível de participação pode evoluir com o tempo e passar a apresentar a qualidade almejada no decorrer da experiência participativa, podendo levar um sujeito não participante a assumir uma postura participativa e cidadã.

Para atingir essa qualidade de participante, segundo Pinheiros e Cançado (2014), é necessário,

[...] que as pessoas tenham um entendimento prévio sobre o que está proposto a participar, porém, muitas vezes só entendimento não basta. Capacidade intelectual não eleva uma pessoa à postura de cidadã, então é muito limitado caracterizar a participação somente pela qualidade dos participantes. É antes, o esforço de participar; do querer fazer parte do processo decisório; da vontade em influenciar, mesmo que advogando em causa própria ou da comunidade, que faz da participação a mais importante ferramenta da democracia (Pinheiros; Cançado, 2014, p. 20).

É nesse sentido que, de além das abordagens domiciliares, os encontros presenciais denominados de Reuniões Comunitárias foram fundamentais para envolver a população de forma coletiva. Essas reuniões realizadas na cidade constituíram-se em um fórum de discussão e participação popular, com o propósito de promover a transparência das ações institucionais e estimular a participação da comunidade nas decisões que a afetam diretamente. Os temas abordados durante as Reuniões Comunitárias foram os seguintes:

- Informações sobre a obra: Foram apresentados detalhes sobre o projeto em si, como o escopo da obra, prazos e etapas de execução.
- Benefícios da rede coletora de esgoto: Os participantes foram informados sobre os impactos positivos da implantação da rede, como a melhoria da qualidade de vida, da saúde pública e do meio ambiente.
- Trabalho socioambiental: A comunidade foi apresentada às ações socioambientais que seriam realizadas em paralelo à obra, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região.

Em resumo, as Reuniões Comunitárias foram um importante instrumento para promover a participação da população no processo de implantação da obra, garantindo que a comunidade estivesse informada e engajada em todas as etapas do projeto.

A primeira de quatro reuniões comunitárias realizadas na cidade de Maria Helena reuniu cerca de 70 moradores interessados em tirar dúvidas e debater a respeito do empreendimento (Figura 2). A participação ativa da comunidade foi fundamental para o sucesso do evento.

**Figura 2 – Primeira Reunião Comunitária em Maria Helena**



**Fonte:** Silva; Gervasoni; Brandani, 2022.

As reuniões de Grupo Gestor de acompanhamento de empreendimento e atividades socioambientais tiveram como objetivo: fortalecer o controle social criando um elo entre a empresa e a comunidade, buscando mobilização e fortalecimento social com uma gestão compartilhada e controle social no empreendimento. Seu papel incluiu o acompanhamento e execução de plano de ação e monitoramento e avaliação dos resultados dos serviços socioambientais propostos analisando o impacto das ações realizadas na comunidade, além da disseminação da informação nas instituições onde atuam.

Com o objetivo de fortalecer as ações de saneamento no município, houve o 1º Curso de Formação de Facilitadores em Saneamento no dia 21 de março de 2023. O curso contou com a participação de 21 agentes comunitários de endemias e de saúde, que demonstraram grande interesse e engajamento nas atividades propostas.

A oficina de formação de facilitadores em saneamento, teve como objetivo, contribuir para a discussão da relação entre sociedade e ambiente, despertando para a compreensão da complexidade do saneamento ambiental e seu impacto na proteção ambiental em especial os recursos hídricos como bem escasso e finito.

Houve apontamento do histórico do processo de ocupação das bacias hidrográficas da região para entendimento das inter-relações (causa e efeito) desse processo de ocupação com a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos.

A capacitação considerou uma concepção humanista e sociocultural, proporcionando aos participantes espaços para reflexão, análise e compreensão da realidade e consequentemente, subsídios para adoção de novos comportamentos e atitudes que promovam a saúde e uma conduta ambiental responsável.

As atividades de campo são fundamentais naquelas que demandam interação direta com o ambiente e comunidades. No âmbito da formação de facilitadores em saneamento, tais atividades são relevantes para que os participantes vivenciem os desafios e as peculiaridades do saneamento em diversos contextos, o que contribui para compreensão dos conteúdos teóricos e vislumbre da aplicação prática daquilo que é debatido.

Dando continuidade ao programa de formação de facilitadores, realizou-se no dia 31 de janeiro de 2023 o segundo curso, desta vez em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A capacitação contou com a presença de todos os 40 professores municipais, visando qualificar o corpo docente para atuar como multiplicadores em temas relacionados ao saneamento básico. Complementando a parte teórica, a formação também incluiu atividades práticas em campo.

Importa destacar que a comunicação é fundamental no processo de participação popular, e no caso do projeto social realizado em Maria Helena, a interação dos técnicos a partir de diferentes ações é que contribuiu para ter a participação da maioria dos moradores do recorte espacial. Apenas convidar pelos meios de comunicação de massa não garante a presença dos moradores nas reuniões presenciais, é necessário utilizar ‘meios alternativos’ (Bordenave, 2002) para estimular a pessoa a participar assim como fazer uso de uma linguagem de fácil compreensão da comunidade nos momentos de reunião coletiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos caminhos para assegurar a mobilização social, o desenvolvimento local e atingir a sustentabilidade dos empreendimentos de saneamento está fundamentada na gestão integrada e na responsabilidade compartilhada. O projeto de intervenção proposto atende as estratégias da Portaria 464, as políticas públicas de educação ambiental, as diretrizes do GRI e da ANPPEA, e integram o compromisso da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável que foram adotados na fundamentação metodológica.

O Projeto de Trabalho Social de Maria Helena-Pr, foi proposto com várias etapas que resultaram de diagnósticos preliminares, pesquisas e atividades de campo e que culminaram na efetiva abordagem de sensibilização de moradores em 852 imóveis, reunião comunitária para cerca de 120 pessoas e trabalho de formação de facilitadores em saneamento para 40 professores da rede municipal de educação. O grupo gestor realizou o acompanhamento do empreendimento e foi o responsável pela articulação e sucesso das atividades propostas.

A ferramenta de avaliação utilizada ao final de cada atividade evidenciou um alto índice de satisfação dos participantes. As respostas obtidas indicaram que as atividades foram avaliadas como positivas, com destaque para as categorias "bom", "ótimo" e "excelente" – em uma escala de ruim, razoável, bom, ótimo e excelente.

Além disso, os comentários coletados durante a escutatória de fechamento de cada atividade enfatizaram a importância da infraestrutura fornecida e a viabilização de atividades de campo. Os únicos relatos negativos identificados referem-se à necessidade de duas agentes de saúde conciliarem as atividades do curso de Formação de Facilitadores em Saneamento com atendimento domiciliar, o que ocasionou ausências pontuais.

Entretanto, a avaliação da implantação de todo o PTS – e não apenas das atividades de mobilização comunitária que é o foco deste estudo - combinou abordagens quantitativa e qualitativa.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos, até o momento da publicação deste estudo, os resultados parciais de vistorias técnicas ambientais indicaram que, de 515 abordagens domiciliares, 23 famílias ainda não haviam realizado a interligação à rede coletora de esgotos e 182 apresentavam alguma irregularidade na interligação como, por exemplo: parte das fontes geradoras de esgoto sem interligação à rede; sem aterramento de fossa; com água de chuva interligada à rede coletora; com parte do esgoto sendo destinado à galeria pluvial; sem caixa de gordura ou com caixa de gordura sem funcionalidade. É importante destacar que 2 famílias não autorizaram a entrada dos agentes de campo e 3 possuíam restrições no abastecimento de água, fato que impediu a realização da vistoria.

Esses dados evidenciam que embora a empresa tenha trabalhado com um recorte espacial de famílias envolvidas na problemática do saneamento utilizando diferentes instrumentos para estabelecer a comunicação horizontal, ainda há necessidade de intensificar as ações de conscientização e aplicação de políticas públicas em prol das famílias em situação de vulnerabilidade para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico.

## REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L.; NAVARRO, Z (Org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BORDENAVE, J. E. D. **Além dos meios e mensagens:** introdução à comunicação como processo, tecnologia e ciência. 10. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação.** 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria número 464, de 25 de julho de 2018.** 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica/portarias/Portaria\\_464\\_compilada.pdf](https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica/portarias/Portaria_464_compilada.pdf) Acesso em 04/10/2024.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PINHEIROS, L.S.; CANÇADO, A. C. Participação Popular e Instrumentos Institucionalizados de Participação em Nível Local. **Administração Pública e Gestão Social**, 6(1), jan-mar 2014, 19-26. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/download/4536/2384/0> Acesso em: 15 de fev. 2025.
- SILVA, A. C. F.; GERVASONI, R.; BRANDANI, J. **Elaboração de Projeto Técnico Social para cidade de Maria Helena-Pr.** 2021. Londrina: Sanepar, 2021.